



ASSIMETRIAS TERRITORIAIS DA FORMAÇÃO DOCENTE STRICTO SENSU

TERRITORIAL ASYMMETRIES IN STRICTO SENSU TEACHER EDUCATION

DOI: 10.5281/zenodo.20501369



Maria Jose Janaina Sousa Ferreira Freitas¹

Lívia Ferreira dos Santos²

Tâmara Regina da Costa Oliveira³

Fernanda dos Santos da Silva⁴

Andreia Venícias Carvalho da Silva Vieira⁵

Hilma Silva de Carvalho⁶

Aline Pires da Silva⁷

Luiza Corbucci Filó Dias de Sousa⁸

Elen Shery Silva Duarte⁹

1 Especialista em Educação Infantil: práticas pedagógicas – Faceminas.

E-mail: janainasousaferreira49@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1063-3176>

2 Mestranda em Geografia - Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail liviafs300@gmail.com

3 Especialista em Psicopedagogia Educacional - Faculdade Antonio Propicio de Aguiar Franco. E-mail: tamarazinha1267@gmail.com

4 Mestranda em Geografia - Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail fernandaeducar@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0924-7249>

5 Mestranda em Geografia - Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: andreia_venicias@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5676-4244>

6 Psicóloga - Faculdade de Educação Santa Terezinha – FEST. E-mail: hilmapsiblueitz@gmail.com

7 Especialista em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar e também em Orientação Educacional - Gran Centro Universitário. E-mail: piresnbf85@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9378-2434>

8 Especialista em Neuropsicologia pela FAVENI - FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. E-mail corbucciluiza@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7565-4779>

9 Doutoranda em Linguística e Literatura – UFNT. E-mail: elen.duarte@mail.ufnt.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6463-796X>





RESUMO

Este estudo analisa as assimetrias territoriais da formação docente stricto sensu no Brasil, considerando as diferenças regionais e a distribuição das titulações entre categorias institucionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016; 2017; 2024) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC, 2023), bem como em referenciais teóricos sobre território, especialmente Souza (2000; 2020; 2022) e Santos (1993; 1994). As técnicas de coleta e análise de dados, conforme Gil (2008), baseiam-se em fontes documentais e institucionais. Os resultados evidenciam desigualdades na distribuição da qualificação docente entre regiões e entre os setores público e privado, com maior concentração de titulação em determinadas áreas do país. Conclui-se que essas assimetrias refletem desigualdades estruturais e reforçam a necessidade de aprofundamento de estudos sobre ingresso, permanência e conclusão na pós-graduação stricto sensu, visando subsidiar novas análises e o enfrentamento dessas lacunas.

Palavras-chave: assimetrias territoriais; formação docente; pós-graduação stricto sensu.

ABSTRACT

This study analyzes the territorial asymmetries in stricto sensu teacher education in Brazil, considering regional differences and the distribution of academic qualifications across institutional categories. It is a qualitative research of bibliographic and documentary nature, based on data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) (2016; 2017; 2024) and the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP/MEC, 2023), as well as theoretical frameworks on territory, especially Souza (2000; 2020; 2022) and Santos (1993; 1994). The data collection and analysis techniques, according to Gil (2008), are based on documentary and institutional sources. The results reveal inequalities in the distribution of teacher qualification across regions and between the public and private sectors, with a higher concentration of academic degrees in certain areas of the country. It is concluded that these asymmetries reflect structural inequalities and reinforce the need for further studies on access, permanence, and completion in stricto sensu postgraduate programs, aiming to support new analyses and address these gaps.

Keywords: territorial asymmetries; teacher education; stricto sensu postgraduate studies.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma reflexão acerca das relações de poder que atravessam a formação docente no Brasil, com enfoque na composição de especialização stricto sensu, especialmente nos cursos de mestrado e doutorado. Nesse contexto, busca-se compreender

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





como as desigualdades territoriais influenciam a distribuição da qualificação acadêmica e as oportunidades de formação nas diferentes regiões do país.

Segundo Cruz e Ferreira (2023), a profissão docente envolve dimensões formativas, políticas, culturais, econômicas e científicas que constituem a trajetória profissional do educador. Dessa forma, pensar a formação docente exige compreender não apenas os processos educacionais, mas também as relações sociais e territoriais que permeiam à docência no panorama brasileiro.

Com isso, este estudo tem como objetivo analisar as assimetrias territoriais da formação docente *stricto sensu* no Brasil, considerando as diferenças regionais e a composição das titulações acadêmicas entre as categorias institucionais. A discussão sobre território torna-se essencial para compreender a distribuição desigual da formação docente no país. Torna-se necessário aprofundar o conhecimento sobre o território nacional, uma vez que a sua compreensão esteve historicamente relacionada aos processos de integração regional e ao planejamento do desenvolvimento brasileiro, evidenciando a importância das divisões regionais para a análise da organização espacial do país (IBGE, 2017).

Para Souza (2012), o território representa a projeção espacial das relações de poder, ultrapassando a ideia restrita ao Estado e à soberania. Nesse contexto, fatores econômicos, sociais e políticos influenciam diretamente o desenvolvimento regional e a distribuição das oportunidades educacionais. Além disso, Santos (1993) destaca que a urbanização brasileira exige análises interdisciplinares capazes de compreender o território na sua totalidade, considerando as desigualdades historicamente produzidas no espaço nacional.

Diante disso, emerge a seguinte problemática: quais fatores contribuem para as assimetrias territoriais da formação docente *stricto sensu* nas diferentes regiões do Brasil? Parte-se da hipótese de que as desigualdades regionais, associadas às dimensões socioeconômica e política, influenciam diretamente a distribuição da qualificação docente, contribuindo para a reprodução das desigualdades educacionais e territoriais no contexto brasileiro.





Para tanto, este estudo fundamenta-se em discussões teóricas de autores como Santos (1993; 1994) e Souza (2000; 2012; 2020), no que se refere às questões territoriais e à urbanização, além das contribuições educacionais de Freire (1996). Como suporte metodológico, também são utilizados dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), que auxiliam no mapeamento e na análise das desigualdades regionais relacionadas à formação docente no Brasil.

REVISÃO DE LITERATURA

O dispositivo cênico educacional brasileiro ainda enfrenta desafios relacionados à valorização e à formação docente, especialmente diante da carência de profissionais qualificados. Entre os fatores que contribuem para essa realidade destaca-se o desinteresse pela carreira docente e a desvalorização profissional. Duarte et al. (2026) destacam que, na contemporaneidade, os professores encontram-se cada vez mais distantes da imagem tradicional de “mestre”, uma vez que a sociedade passou a percebê-los sob uma lógica marcada pelas exigências do sistema capitalista.

Nota-se também o crescente enfrentamento de desafios relacionados à formação docente, considerando que o profissional da educação necessita manter constante processo de qualificação para além da graduação. Nesse contexto, Gatti (1992) ressalta que a formação docente envolve questões amplas que ultrapassam as especificidades de cada área de ensino, compreendendo a formação inicial e continuada como dimensões inseparáveis, o que exige reflexões permanentes sobre a preparação dos profissionais da educação.

Além disso, as desigualdades regionais históricas do Brasil influenciam diretamente o acesso à educação e à qualificação docente. O IBGE (2017) aponta que a organização territorial brasileira foi marcada por diferenças administrativas e estruturais, sobretudo em áreas mais afastadas, como a Região Norte, onde a ausência de investimentos contribuiu para





a ampliação das desigualdades sociais e educacionais, refletindo diretamente no acesso equitativo à educação.

Nesse sentido, tais assimetrias territoriais relacionam-se às dinâmicas de poder que estruturam o espaço e impactam a oferta educacional. Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2025), a desigualdade educacional permanece como um problema histórico no Brasil, marcada por disparidades regionais, socioeconômicas e estruturais que afetam o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes.

A Educação Docente Stricto Sensu no Brasil

No Brasil, a formação *stricto sensu* foi regulamentada pelo Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação, em meados da década de 1960, estabelecendo os níveis de mestrado e doutorado no sistema nacional de pós-graduação. Entretanto, essa modalidade de formação ultrapassa a simples produção de conhecimentos científicos e o aperfeiçoamento técnico da docência, pois deve promover autonomia intelectual, criticidade, construção de novos saberes e transformação das práticas pedagógicas (Cruz; Ferreira, 2023).

Dessa forma, a pós-graduação *stricto sensu* assume papel relevante na qualificação profissional e no fortalecimento do exercício docente, ampliando a formação e o conhecimento acadêmico para além da graduação. Freire (1996) destaca que a formação docente deve estar vinculada à reflexão crítica sobre a prática educativa e à construção da autonomia dos educandos, onde formar professores vai além do domínio de conteúdos, exigindo uma prática pedagógica crítica, reflexiva e transformadora.

Entretanto, Gatti (1992) observa que a formação de professores ocorre, na maioria, em instituições isoladas de ensino superior, frequentemente marcadas por condições estruturais precárias e limitações na qualificação profissional. Soma-se a isso a dificuldade das universidades em reestruturar os cursos de licenciatura, o que contribui para a permanência de desafios históricos na formação docente no país. Percebe-se a existência de





disparidades não apenas na oferta e na qualidade da formação, mas também na continuidade dos percursos formativos, influenciando o ingresso e a permanência de profissionais em trajetórias que vão da graduação à especialização.

Nessa direção, dados da pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 2021) apontam que, embora a principal motivação para o ingresso na pós-graduação stricto sensu seja a continuidade da carreira acadêmica, muitos estudantes relatam altos níveis de estresse e já consideraram a desistência do curso, em razão das exigências acadêmicas e da dificuldade de conciliar estudo e trabalho, evidenciando os desafios na formação acadêmica.

Gatti (1992) reforça que a crise na formação de professores não se limita a dimensões econômicas, organizacionais ou curriculares, mas envolve principalmente uma crise de finalidade formativa e de metodologia, comprometendo a articulação entre a formação acadêmica e a realidade das escolas, espaço em que os futuros docentes irão atuar na sua concretude cotidiana.

Nota-se que a problemática não se restringe apenas à formação docente, mas envolve disputas de poder relacionadas ao território e às desigualdades regionais. Essas limitações manifestam-se de diferentes maneiras nas diversas regiões do país, refletindo contextos sociais distintos, conforme discutido a seguir.

Regiões Brasileiras: Reflexões sobre o Território e as Desigualdades

Com o objetivo de mapear o contexto da pesquisa, recorrem-se aos dados do IBGE (2016), segundo os quais o Brasil está organizado em cinco Grandes Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, compostas por 26 estados, o Distrito Federal e milhares de municípios, evidenciando a ampla diversidade social, econômica, cultural e territorial do país. Além disso, o território brasileiro abriga importantes biomas, como Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal, reconhecidos mundialmente por sua riqueza ambiental e biodiversidade. Essa diversidade territorial

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





influencia diretamente as distintas realidades sociais e educacionais existentes no Brasil (IBGE, 2016).

Dessa forma, para este estudo, partiu-se de uma análise da educação sob o prisma regional e das suas inter-relações territoriais. Para Souza (2000), o território não se limita a um espaço físico, mas constitui-se como uma construção atravessada por relações de poder que influenciam a organização social e política. Nesse sentido, percebe-se que as dinâmicas territoriais interferem na distribuição de recursos, serviços e oportunidades educacionais, evidenciando desigualdades históricas entre as regiões brasileiras.

Nesse sentido, os Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (2023) destacam que a educação é um dos principais pilares do desenvolvimento social, econômico e cultural, por possibilitar a formação de cidadãos críticos, reforçando a necessidade de políticas públicas estruturadas e eficazes que garantam qualidade e acesso universal em todas as regiões do país.

Conforme o IBGE (2017), a partir da década de 1950 o Brasil passou por transformações significativas na ocupação e no uso do território, embora ainda permanecesse uma estrutura espacial concentrada, principalmente, na faixa litorânea e em regiões economicamente mais desenvolvidas. Esse processo contribuiu para a consolidação de desigualdades regionais, sobretudo em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Com isso, a organização territorial ocorre por meio de divisões espaciais que estruturam municípios e regiões, influenciando diretamente a participação social e o acesso aos recursos públicos. Nesse sentido, o território e as identidades socioespaciais são fundamentais para compreender as disputas por permanência, acesso a direitos e distribuição de recursos nas diferentes localidades (Souza, 2002; 2020).

É importante considerar que tais disparidades decorrem de uma distribuição desigual de recursos, na qual alguns territórios concentram mais investimentos e oportunidades do que outros, refletindo-se em diferentes setores, como educação, urbanização e políticas públicas. Santos (1994) observa que o desenvolvimento econômico brasileiro, associado aos





setores industrial, agrícola e ao poder político, concentrou-se historicamente na região Sudeste, especialmente nas grandes e médias cidades. Essa concentração intensificou as desigualdades territoriais e impactou diretamente as oportunidades educacionais disponíveis nas demais regiões do país.

Além disso, o IBGE (2017) ressalta que, historicamente, o interior do Brasil foi concebido como espaço estratégico para a integração territorial e para a construção da identidade nacional. Contudo, as baixas densidades demográficas e a limitada infraestrutura dessas áreas dificultaram a ampliação do acesso à educação e a outros serviços essenciais.

Observa-se que as limitações presentes em determinadas regiões não podem ser compreendidas apenas como resultado de condições atuais, mas como consequências de processos históricos de organização do território e de ações (ou ausências de políticas) que contribuíram para a reprodução dessas desigualdades. Assim, a configuração desigual do espaço brasileiro repercute diretamente nas condições de acesso a bens e serviços públicos, especialmente na educação.

Medeiros e Oliveira (2014) apontam que as desigualdades educacionais entre as regiões brasileiras estão relacionadas tanto às diferenças populacionais quanto às condições sociais que influenciam a educação de crianças e jovens, destacando ainda que cada região apresenta dinâmicas próprias que interagem com essas características, produzindo distintos níveis educacionais e ampliando as desigualdades internas existentes no país.

MATERIAL E MÉTODO

Para tanto, esta pesquisa caracteriza-se em abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, como livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador ampliar a compreensão de diferentes ocorrências observáveis por meio da análise de um conjunto amplo de informações.

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





A investigação bibliográfica fundamenta-se em autores que discutem a formação docente e as relações entre território, a partir de estudos encontrados em repositórios universitários e no Google Acadêmico. Nesse sentido, o território, aqui adotado como categoria de análise, sendo compreendido como elemento estruturante das desigualdades educacionais Para Souza (2012), o território não apenas como espaço físico, mas como uma construção marcada por relações de poder manifestadas em diferentes escalas sociais.

Trata-se também de uma pesquisa documental, pois utiliza dados de instituições oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC), possibilitando o mapeamento das desigualdades regionais relacionadas à formação docente e à oferta educacional no Brasil. A coleta e o tratamento dos dados foram realizados com o auxílio do programa Excel, no qual foi construída uma base de dados, permitindo a organização das informações e a elaboração de quadros e gráficos para análise.

A análise dos dados ocorre de forma qualitativa-analítica, com base em categorias previamente definidas, conforme Gil (2008), possibilitando a sistematização e interpretação dos achados. As categorias adotadas envolvem formação docente e pós-graduação stricto sensu, distribuição regional da formação, território como relação de poder. Dessa forma, os dados são compreendidos como indícios interpretativos da realidade, devendo ser analisados conforme o contexto em que são produzidos, evitando interpretações descontextualizadas (Gatti, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo buscou evidenciar diferentes *interfaces* da docência no ensino superior stricto sensu, na tentativa inicial de ampliar discussões ainda pouco exploradas na literatura.





A criticidade apresentada também possibilita refletir sobre os mecanismos de acesso aos programas de mestrado e doutorado, especialmente nas universidades federais e estaduais, cujos processos seletivos são marcados por múltiplas etapas e elevado grau de competitividade, configurando um sistema altamente seletivo.

Nesse contexto, Barbosa et al. (2022) destacam que o ingresso na pós-graduação *stricto sensu* tem se tornado objetivo de muitos estudantes e profissionais, enquanto os processos seletivos passaram a valorizar prismas qualitativos da trajetória acadêmica e da produção científica dos candidatos. Assim, embora o rigor acadêmico seja necessário, tais exigências podem contribuir para a redução do número de estudantes nessa modalidade de formação, quando comparada à graduação e à especialização *lato sensu*.

Nesse sentido, os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (PPGs) representam o mais alto nível de formação nas Instituições de Ensino Superior, contribuindo para a qualificação de profissionais voltados ao desenvolvimento científico, econômico e social, além de promoverem transformações nas práticas docentes por meio de abordagens críticas, reflexivas e inovadoras (Oliveira; Leta, 2020; Cruz; Ferreira, 2023).

Entretanto, Gatti (1992) destaca que os desafios da formação docente ultrapassam a esfera universitária, exigindo maior articulação entre a formação acadêmica e a prática escolar. Nesse contexto, o Ministério da Educação (2025) ressalta que os indicadores de fluxo do ensino superior são fundamentais para analisar evasão, permanência e conclusão dos cursos, subsidiando políticas de melhoria e permanência estudantil.

Com isso, apresenta-se a seguinte síntese dos dados analisados:



Tabela — Percentual de Docentes com Pós-Graduação Stricto Sensu nos Cursos de Ensino Superior Presencial por Região Geográfica (2024)

Região	Categoria Administrativa	Organização Acadêmica	Total (%)	Mestrado (%)	Doutorado (%)
Centro-Oeste	Pública Federal	Total	94,4	17,8	76,6
Centro-Oeste	Pública Estadual	Total	87,8	31,5	56,3
Centro-Oeste	Privada com Fins Lucrativos	Total	66,6	43,8	22,9
Sul	Pública Federal	Total	97,4	13,4	83,9
Sul	Pública Estadual	Total	94,8	18,1	76,2
Sul	Privada com Fins Lucrativos	Total	77,6	49,4	28,2
Sudeste	Pública Federal	Total	96,1	14,8	81,3
Sudeste	Pública Estadual	Total	92,5	17,9	74,5
Sudeste	Privada com Fins Lucrativos	Total	78,3	45,8	32,5
Nordeste	Pública Federal	Total	93,8	31,8	51,6
Nordeste	Pública Estadual	Total	89,6	29,3	60,3
Nordeste	Privada com Fins Lucrativos	Total	67,5	44,5	23,0
Norte	Pública Federal	Total	90,9	32,8	47,5
Norte	Pública Estadual	Total	87,1	35,1	52,0
Norte	Privada com Fins Lucrativos	Total	71,8	46,7	25,1

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do INEP (2025).

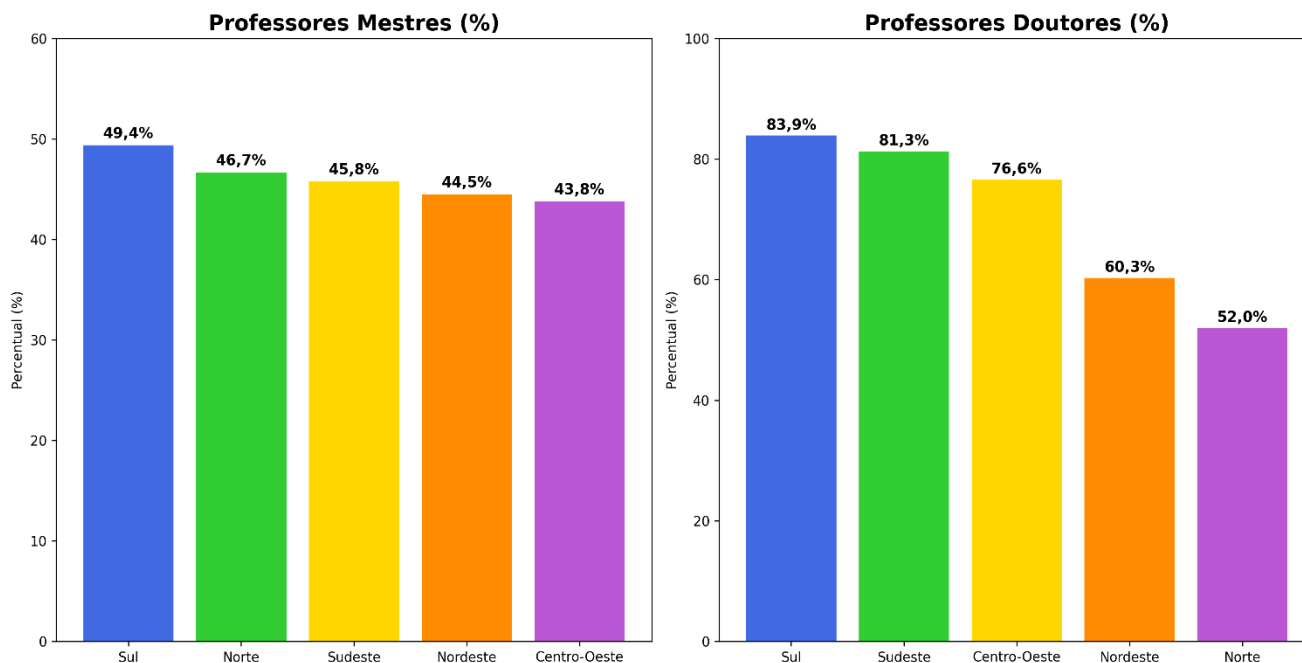
Observa-se uma inversão parcial da tendência no setor público, no qual predomina a presença de docentes com título de mestrado em relação aos doutores. Esse cenário dialoga com Paula (2017), ao destacar que as reformas educacionais dos anos 1990, influenciadas por políticas neoliberais e pela LDB n. 9.394/1996, intensificaram a privatização e a diferenciação do ensino superior brasileiro, ampliando a fragmentação da formação universitária e a expansão do setor privado.

Diante disso, os dados evidenciam essas diferenças estruturais entre os segmentos público e privado, conforme apresentado no gráfico a seguir.





Gráfico- 1 Comparativo entre Percentuais de Mestres e Doutores por Região



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do INEP (2025).

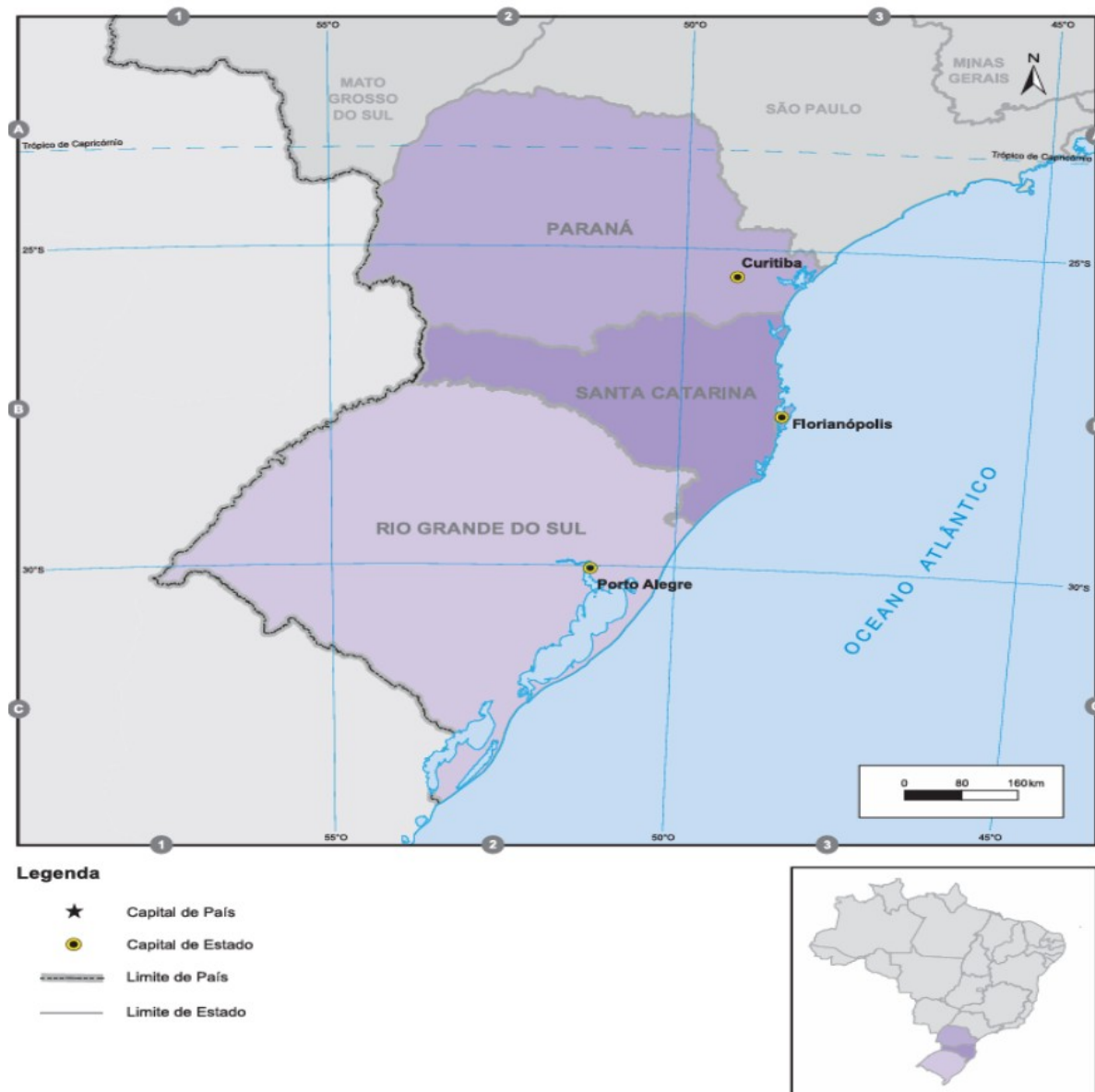
Os dados demonstram que as instituições públicas federais concentram os maiores percentuais de docentes doutores em todas as regiões, com destaque para o Sul. Em contrapartida, os maiores índices de mestres predominam nas instituições privadas com fins lucrativos, especialmente nas regiões Sul e Norte, evidenciando diferenças na qualificação docente entre regiões e categorias administrativas.

Hierarquização *Stricto Sensu* da Região Sul

Para melhor visualização da distribuição espacial da qualificação docente, apresenta-se o Mapa 1, destacando a localização da região Sul no território brasileiro.



Mapa- 1 Região Sul



Fonte: IBGE (2024).

A figura do mapa constitui um vislumbre da hierarquia regional da região Sul que, para Montoro et al. (2014), destaca-se no cenário nacional por sua relevância econômica, política, social e cultural, mesmo representando apenas 6,8% do território brasileiro.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





Composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a região concentra significativa participação econômica, apresentando elevados índices de renda per capita e importante contribuição para o Produto Interno Bruto nacional.

Além disso, segundo Montibeller Filho et al (2014), a região Sul consolidou, ao longo do século XX, um processo de transformação econômica marcado pela passagem de uma base predominantemente agrícola para uma economia industrializada e fortalecida pelos setores primário e secundário. Esse desenvolvimento refletiu diretamente nos indicadores sociais, proporcionando elevados níveis de desenvolvimento humano, qualidade de vida e qualificação socioeconômica, fatores que contribuem para compreender a sua posição de destaque na hierarquia apresentada.

Reconhece-se que determinadas regiões consolidaram maior desenvolvimento econômico que outras, evidenciando desigualdades na organização territorial brasileira. Nesse contexto, Santos (1993; 1994) destaca que os diferentes níveis de urbanização refletem a distribuição desigual de recursos e relações de poder no território nacional. Essas assimetrias também impactam a educação, enquanto Paula (2017) aponta que as reformas do ensino superior favoreceram a expansão do setor privado e reforçaram a mercantilização da educação no país.

CONCLUSÃO

As análises permitem compreender que as assimetrias territoriais na formação docente *stricto sensu* no Brasil estão diretamente relacionadas às desigualdades socioeconômicas e à concentração histórica de investimentos em determinadas regiões. Observa-se que o desenvolvimento desigual do território nacional influencia a distribuição dos programas de pós-graduação, com maior concentração na região Sul, onde também se verificam os mais elevados índices de docentes com titulação de mestrado e doutorado. Nesse cenário, as instituições públicas federais destacam-se como principais polos de





formação qualificada, evidenciando uma hierarquização educacional marcada pela concentração de especialistas e por processos seletivos altamente competitivos, que limitam o acesso e a permanência de parte dos estudantes na pós-graduação *stricto sensu*.

Em contrapartida, as demais categorias administrativas, especialmente o setor privado, apresentam menor presença de doutores, reforçando a hipótese de que a organização do sistema educacional acompanha e reproduz desigualdades históricas do espaço geográfico brasileiro. Dessa forma, conclui-se que a distribuição desigual da qualificação docente ultrapassa a dimensão educacional, constituindo expressão das relações políticas, econômicas e territoriais que estruturam o país.

Embora as políticas de expansão do ensino superior tenham ampliado o acesso, elas não foram suficientes para equilibrar a distribuição da pós-graduação entre as regiões. Assim, confirma-se que as desigualdades regionais influenciam diretamente a formação docente e contribuem para a reprodução das desigualdades educacionais no Brasil, evidenciando a necessidade de aprofundar estudos sobre ingresso, permanência e conclusão na pós-graduação *stricto sensu*.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Paulo Roberto et al. **Processos de seleção em nível *stricto sensu***: uma discussão acerca das seleções de mestrado e doutorado em educação. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 16, e364111638374, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38374>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38374>. Acesso em: 24 maio 2026.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** (INEP). *Indicadores de fluxo da educação superior*. Brasília, DF: INEP, [2025]. Disponível em: [INEP – Indicadores de Fluxo da Educação Superior](#). Acesso em: 23 Fevereiro 2026.

CRUZ, Lilian Moreira; FERREIRA, Lúcia Gracia. **A formação *stricto sensu* e seus contributos para a prática docente**: um estudo freireano. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 14, n. 42, p. 529–551, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8084431>.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





Disponível em: <https://zenodo.org/record/8084431>. Acesso em: 23 maio 2026. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

DUARTE, Elen Shery Silva; SILVA, Fernanda dos Santos da; SILVA VIEIRA, Andreia Venícias Carvalho da; ARAÚJO, Fábio Almeida de; SILVA, Aline Pires da; CRUZ, Elcio de Sousa; SILVA, Sara Morais da; REIS, Luciana da Silva; CARVALHO, Hilma Silva de. **A disputa espacial entre indisciplina e a violência: um olhar sobre a prática educativa**. *Periódicos Brasil: Pesquisa Científica*, v. 5, n. 3, p. 887–905, 2026. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n3p887-905>.

GATTI, Bernardete A. **A formação dos docentes: o confronto necessário professor x academia**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 81, p. 70-74, 1992. ISSN 0100-1574.

_____, Bernardete A. **Estudos quantitativos em educação**. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 80 p.

_____, *Biomass brasileiros*. **Educa IBGE**, Rio de Janeiro, [2016]. Disponível em: [Biomass Brasileiros – IBGE Educa](#). Acesso em: 23 abril, 2026.

_____. **Portal de Mapas do IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, [2024.]. Disponível em: [Portal de Mapas do IBGE](#). Acesso em: 05 maio 2026.

MEDEIROS, Marcelo; OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de. **Desigualdades regionais em educação: potencial de convergência**. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. [não informado], maio/ago. 2014.

MEDEIROS, Larissa Campos; LETA, Jacqueline. **Formação de mestres e doutores no Brasil: uma análise do currículo das pós-graduações em Ciências Biológicas**. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 2, p. 375-394, jul. 2020. Disponível em: *Avaliação – artigo completo*. Acesso em: 02 maio 2026.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





MONTIBELLER-FILHO, Gilberto; GARGIONI, Sergio Luiz. **Desenvolvimento da Região Sul do Brasil**. In: MONTORO, Guilherme Castanho Franco et al. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sul. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [310]-325.

MONTORO, Guilherme Castanho Franco et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Sul. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. 511 p. ISBN 9788587545534

MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de; BOF, Alvana Maria (org.). **Contribuições ao novo Plano Nacional de Educação** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), 2023. 10 v. il. (Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais). DOI: 10.24109/9786558011125.ceppe.v8. Disponível em: Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais – INEP. Acesso em: 20 maio 2026.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **Políticas de democratização da educação superior brasileira**: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017. DOI: 10.1590/S1414-40772017000200002. Disponível em: [SciELO – artigo completo](#). Acesso em: 09 de Fevereiro 2026.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1994. 145 p.

_____, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Articulando ambiente, território e lugar**: a luta por justiça ambiental e as suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 16, 2020. DOI: 10.48075/amb.v2i1.25277. Disponível em: [AMBIENTES – artigo](#). Acesso em: 23 maio 2026.





_____, Marcelo Lopes de. **Militarização da questão urbana.** *Lutas Sociais*, [S. l.], n. 29, p. 117–129, 2012. DOI: 10.23925/lv.v0i29.18501. Disponível em: [Lutas Sociais – artigo](#). Acesso em: 20 abril 2026.

_____, Marcelo Lopes de. **Os orçamentos participativos e sua espacialidade:** uma agenda de pesquisa. *Terra Livre*, [S. l.], n. 15, p. 39–58, 2000. DOI: 10.62516/terra_livre.2000.360. Disponível em: [Terra Livre – artigo](#). Acesso em: 23 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **Estudo inédito traça perfil de pós-graduandos e dificuldades enfrentadas no mestrado e doutorado.** *Comunica UFU*, Uberlândia, 1 jun. 2021. Disponível em: [Comunica UFU – Estudo sobre pós-graduandos](#). Acesso em: 04 maio 2026.

Recebido em: 25/05/2026

Aprovado em: 28/05/2026

Publicado em: 01/06/2026

